

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

CODEVASF — 5ª Secretaria Regional de Licitações — 5ª/SL

Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026 | Processo nº 59550.000125/2025-12-e | UASG: 195001

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Com pedido de efeito suspensivo e retificação do instrumento convocatório

I — DA QUALIFICAÇÃO DA IMPUGNANTE

METALÚRGICA TRAPP LTDA	
CNPJ	83.238.832/0001-78
Sede	Av. Prefeito Waldemar Grubba, nº 4.545, Bairro Vieira, Jaraguá do Sul/SC
Representante	Sr. Vendelino Titz — Sócio-Administrador
CPF do Representante	292.213.829-15
E-mail para notificações	5a.sl@codevasf.gov.br

A METALÚRGICA TRAPP LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.238.832/0001-78, com sede na Avenida Prefeito Waldemar Grubba, nº 4.545, Bairro Vieira, Jaraguá do Sul/SC, representada neste ato por seu sócio-administrador, Sr. Vendelino Titz, brasileiro, portador do CPF nº 292.213.829-15, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar do presente processo licitatório, nos termos da legislação vigente, e que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, vem, com a devida vênua, apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, no item 5.2.1 do Edital e na legislação de segurança do trabalho aplicável, pelas razões de fato e de direito que a seguir se expõem.

II — DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO

CONTAGEM DO PRAZO — ART. 164, LEI Nº 14.133/2021

26/05/2026 Data da sessão pública

-3 dias úteis Item 5.2.1 do Edital

21/05/2026 ✓ Prazo-limite (hoje)

O presente instrumento é apresentado em 21 de maio de 2026, data que corresponde ao terceiro dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026, marcada para 26/05/2026. A contagem se opera conforme segue: 23/05/2026 (1º dia útil), 22/05/2026 (2º dia útil) e 21/05/2026 (3º dia útil), em observância ao inciso I do art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e ao item 5.2.1 do Edital.

Conforme indica o quadro inicial do Edital, os pedidos de esclarecimentos e impugnações devem ser encaminhados até 21/05/2026 para o endereço eletrônico 5a.sl@codevasf.gov.br, o que evidencia plena coincidência entre o prazo editalício e o prazo legal estabelecido pelo art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

A impugnante, portanto, atua dentro do prazo legal e regulamentar, encontrando-se a presente impugnação plenamente tempestiva.

Quanto à legitimidade, o art. 164 da Lei nº 14.133/2021 assegura que qualquer pessoa — e não apenas os licitantes habilitados — é parte legítima para impugnar o ato convocatório quando verificar irregularidade na sua elaboração.

A impugnante, fabricante nacional de equipamentos agrícolas com interesse direto no certame, dispõe de legitimidade ativa reforçada, por ser potencial licitante e deter expertise técnica sobre as máquinas objeto da licitação.

III — DA SÍNTESE DO OBJETO E DO VÍCIO IDENTIFICADO

OBJETO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90002/2026		
Equipamento	Quantidade	Observação
Tanques de resfriamento de leite (1.000 L)	50 unidades	—
Forrageiras com potência de 3 CV	1.000 unidades	⚠ FOCO DA IMPUGNAÇÃO
Orderhadeiras para 50 litros	250 unidades	—
Orderhadeiras para 100 litros	100 unidades	—
Orderhadeiras para 200 litros	50 unidades	—

O objeto licitado compreende, entre outros equipamentos de uso agropecuário, 1.000 (mil) forrageiras com potência de 3 CV, destinadas a serem entregues na sede da Codevasf no município de Penedo, Estado de Alagoas.

Trata-se, em termos quantitativos e econômicos, do item de maior expressividade do certame, cuja especificação técnica adequada assume relevância proporcional ao volume da contratação e ao uso a que se destina o equipamento.

A análise detida do instrumento convocatório revela, todavia, omissão técnica e jurídica relevante: o Edital não exige, de forma expressa, objetiva e verificável, o atendimento à Norma Regulamentadora nº 12 — Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos (NR-12) para as forrageiras de 3 CV.

O item 1.1.4 do Edital limita-se a consignar, de forma genérica, que os bens devem atender às recomendações da ABNT e do INMETRO "no que couber", especialmente quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança — remissão reconhecidamente insuficiente para garantir conformidade com norma regulamentadora específica e de cumprimento obrigatório.

IV — DA NATUREZA TÉCNICA DAS FORRAGEIRAS E DA NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DA NR-12

A forrageira de 3 CV é máquina motorizada de uso agropecuário dotada de sistema de corte e trituração de material vegetal (forragem, silagem, capim), câmara de processamento, funil ou bocal de alimentação de material por onde o operador introduz manualmente o insumo a ser processado, sistema de transmissão por correia e polia entre a fonte motriz e o mecanismo de corte, partes móveis em alta rotação (facas, martelos ou cilindros) e zonas de perigo de contato direto com o mecanismo cortante.

Tais características são inerentes à função técnica da máquina e não se alteram em função do fabricante ou do modelo específico.

Por tratar-se de máquina motorizada com partes móveis, sistema de transmissão e zonas de perigo de contato com elementos cortantes em alta rotação, a forrageira de 3 CV se enquadra diretamente no campo de aplicação da NR-12, que define referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para resguardar a saúde e a integridade física dos trabalhadores na operação de máquinas e equipamentos.

RISCOS MECÂNICOS IDENTIFICADOS NAS FORRAGEIRAS DE 3 CV	
Zona de perigo de corte/trituração	Mecanismo de facas ou cilindros em alta rotação no interior da câmara de processamento
Zona de alimentação de material	Bocal/funil por onde o operador introduz manualmente o material a ser triturado — risco de contato com partes cortantes
Sistema de transmissão por correia	Correia e polia que transmitem força entre motor e mecanismo de corte — risco de aprisionamento e arraste
Partes móveis em alta rotação	Eixo, polias e facas — exigem proteções fixas e/ou móveis conforme NR-12
Ausência de parada de emergência	Sem botão de emergência com bloqueio de religamento, o desligamento rápido torna-se impossível em situações críticas
Acesso não controlado a partes internas	Abertura de proteções sem uso de ferramentas viola requisito da NR-12 de restrição de acesso a partes móveis

Importa destacar que a NR-12, em seu Anexo XI, trata especificamente de máquinas e implementos de uso agrícola e florestal, o que reforça de forma direta sua pertinência e aplicabilidade ao caso em apreço, afastando qualquer dúvida sobre a incidência da norma regulamentadora às forrageiras objeto desta licitação.

A norma se aplica às fases de projeto, fabricação, importação, comercialização e utilização de máquinas e equipamentos novos e usados, abrangendo, portanto, o fornecimento por via licitatória.

Não se trata, pois, de norma de cumprimento facultativo ou de boas práticas recomendadas: a NR-12 é norma regulamentadora de observância obrigatória, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego com fundamento no art. 200 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cujo descumprimento sujeita o infrator às sanções previstas no art. 201 do mesmo diploma.

A aquisição pública de equipamento que não observe os requisitos da NR-12 expõe os usuários finais a riscos concretos de acidente e pode ensejar responsabilização da Administração Pública por omissão na fiscalização da regularidade dos bens adquiridos.

V — DA INSUFICIÊNCIA DA CLÁUSULA GENÉRICA DE ABNT E INMETRO

O item 1.1.4 do Edital dispõe, em síntese, que os bens licitados devem atender às recomendações da ABNT e do INMETRO "no que couber", especialmente quanto aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

Conquanto essa previsão não seja de per si ilegal, ela é objetivamente insuficiente para cumprir o papel que se exige de um instrumento convocatório bem estruturado em relação às normas de segurança obrigatórias aplicáveis ao objeto.

A expressão "no que couber" é eminentemente subjetiva e imprecisa, não define quais normas técnicas específicas são exigidas, não estabelece quais documentos devem ser apresentados para comprovar conformidade, não fixa critérios objetivos para julgamento das propostas quanto à segurança do equipamento e não determina os parâmetros que serão utilizados pela Administração no recebimento provisório e definitivo dos bens.

Essa vagueza compromete o princípio do julgamento objetivo e a segurança jurídica do certame.

⚠ A ausência de especificação objetiva sobre conformidade com a NR-12 para as forrageiras de 3 CV viola o dever de adequada caracterização do objeto, previsto no art. 6º, XXIII, e no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, e compromete a vantajosidade da contratação.

A situação é agravada pela expressa previsão do Edital de que NÃO haverá exigência de amostra.

Isso significa que a Administração abrirá mão da possibilidade de verificar fisicamente, antes do julgamento das propostas, se os equipamentos ofertados atendem aos requisitos de segurança.

Diante dessa escolha — legítima sob o aspecto da economicidade procedimental —, torna-se ainda mais imperativa a existência de exigências documentais claras, objetivas e verificáveis que permitam ao gestor aferir, pela documentação apresentada, se o equipamento ofertado é tecnicamente adequado, seguro e conforme à NR-12.

A omissão, portanto, não é inócua: ela cria uma lacuna real no mecanismo de controle técnico prévio da Administração, que não poderá verificar fisicamente os equipamentos (por ausência de amostra) nem exigir documentação técnica robusta (por ausência de previsão editalícia expressa), ficando inteiramente dependente de eventual diligência posterior, após a adjudicação e a entrega dos bens.

VI — DA QUEBRA DE ISONOMIA E DO RISCO DE SELEÇÃO DE PROPOSTA ARTIFICIALMENTE MAIS BARATA

O princípio da isonomia, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e com assento constitucional no art. 37, XXI, da Constituição Federal, exige que todos os licitantes disputem o certame a partir de condições técnicas equivalentes.

Não há isonomia real quando o edital admite a oferta de equipamentos com padrões técnicos díspares — uns providos de dispositivos de segurança conforme a NR-12, outros destituídos desses dispositivos — sem exigir comprovação objetiva que permita ao pregoeiro verificar e comparar os equipamentos em condições de equivalência.

A omissão identificada cria, na prática, uma distorção concorrencial de consequências econômicas diretas e previsíveis: fornecedores que já fabricam ou importam máquinas adequadas à NR-12 — incorporando nos respectivos custos os itens de segurança obrigatórios — concorrerão com fornecedores que ofertarão máquinas sem tais dispositivos, a preços inferiores decorrentes justamente da supressão de itens de custo obrigatório.

O menor preço, nesse cenário, não decorrerá de eficiência produtiva, de economia de escala ou de inovação tecnológica, mas da eliminação de componentes de segurança exigidos por norma regulamentadora obrigatória.

IMPACTO DA OMISSÃO SOBRE A COMPETIÇÃO E O JULGAMENTO	
Equipamento adequado à NR-12	Equipamento SEM comprovação de adequação à NR-12
✓ Funil de alimentação ampliado (proteção de membros)	X Funil original sem dimensionamento de segurança
✓ Proteção de correia em material adequado (ex.: plástico rotomoldado)	X Sem proteção de correia ou com proteção inadequada
✓ Botão de emergência com bloqueio de religamento	X Ausência de parada de emergência
✓ Acesso a partes móveis apenas com ferramentas	X Abertura de proteções sem restrição instrumental
✓ Custo mais elevado — maior valor agregado	X Custo menor — ausência dos itens de segurança
✓ Proposta tecnicamente regular	X Proposta artificialmente mais barata — vantagem indevida

A seleção da proposta mais vantajosa — princípio insculpido no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 31 da Lei nº 13.303/2016 — pressupõe que as propostas sejam comparáveis em condições equivalentes de qualidade técnica mínima.

Quando o Edital omite requisito técnico obrigatório, não há como identificar qual proposta é genuinamente mais vantajosa: o menor preço pode simplesmente refletir a oferta do produto menos seguro, e não do mais eficiente.

Essa situação compromete a racionalidade do certame e pode resultar em contratação antieconômica, na medida em que o custo real — incluindo manutenções corretivas, acidentes, responsabilidades trabalhistas e fiscalização pelo MTE — supera em muito o diferencial de preço obtido no pregão.

VII — DO REFERENCIAL TÉCNICO-COMERCIAL DE MERCADO

A título de referencial técnico-comercial do mercado nacional de forrageiras, importa registrar que a própria impugnante, Metalúrgica Trapp Ltda, emitiu comunicado interno a clientes, representantes comerciais e assistentes técnicos informando que, a partir de 07 de novembro de 2023, todos os produtos de sua linha de trituradores forrageiros, ensiladeiras, debulhadores de milho e trituradores orgânicos passaram a ser comercializados totalmente adequados à NR-12.

O referido comunicado, que se utiliza aqui exclusivamente como referencial técnico-comercial de mercado — e não como fundamento exclusivo desta impugnação —, elenca, com precisão técnica, as principais modificações físicas exigidas pela NR-12 para essa categoria de equipamentos:

ADEQUAÇÕES FÍSICAS EXIGIDAS PELA NR-12 — REFERENCIAL DE MERCADO (COMUNICADO TRAPP, NOV/2023)		
1	Aumento dos funis de alimentação	Ampliação obrigatória para proteção dos membros superiores dos operadores durante o processo de alimentação da máquina
2	Proteção de correia e polia	Equipamentos com transmissão devem ser providos de proteção adicional de correia, prevenindo aprisionamento e arraste
3	Botão de emergência com bloqueio de religamento	Dispositivo de parada de emergência que impede o religamento acidental após o acionamento — resposta rápida em situações críticas
4	Substituição de manípulos por parafusos e porcas	Restrição do acesso a partes móveis mediante uso de ferramentas específicas, conforme exigência expressa da NR-12

É significativo que o próprio comunicado da impugnante expressamente consigna que essas adequações resultaram em "reajuste nos preços destas linhas de produtos junto ao mercado, tendo em vista que todas as alterações comportaram itens com o custo mais elevado e maior valor agregado".

Tal declaração, feita pela própria fabricante em comunicação comercial destinada ao mercado, demonstra com precisão técnica e comercial que a adequação

à NR-12 não é abstrata, decorativa ou meramente formal: trata-se de alteração física, técnica e economicamente relevante no equipamento, com impacto direto e mensurável no custo de produção e, portanto, no preço final.

Reitera-se, com ênfase, que este referencial não implica qualquer argumento de que somente a Metalúrgica Trapp Ltda atende à NR-12, nem constitui pedido de direcionamento de marca.

O argumento é estritamente de isonomia, de segurança e de legalidade: se a adequação à NR-12 exige alterações físicas e econômicas concretas e se o mercado já opera com equipamentos adequados a esse padrão, o Edital precisa estabelecer requisitos objetivos que reflitam esse patamar mínimo obrigatório, para que todos os licitantes concorram em condições equivalentes.

VIII — DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

DISPOSITIVOS LEGAIS APLICÁVEIS	
Lei nº 13.303/2016	Art. 31: seleção da proposta mais vantajosa. Art. 33: parâmetros do ato convocatório, descrição objetiva do objeto.
Lei nº 14.133/2021	Art. 5º: isonomia entre licitantes. Art. 6º, XXIII: adequada descrição do objeto. Art. 11: maior vantajosidade. Art. 18: planejamento da contratação. Art. 40: instrumento convocatório. Art. 164: legitimidade e prazo de impugnação.
CLT — Art. 200 e 201	Fundamento legal das Normas Regulamentadoras. Descumprimento sujeita o infrator às sanções previstas.
NR-12 (Portaria MTE)	Norma Regulamentadora de cumprimento obrigatório. Aplica-se às fases de fabricação, comercialização e utilização de máquinas. Anexo XI: máquinas e implementos de uso agrícola e florestal.
RLCC da Codevasf	Regulamento interno de licitações e contratos da Companhia, que rege o presente certame — devendo ser interpretado em conformidade com a Lei nº 13.303/2016.

A ausência de especificação objetiva sobre conformidade com a NR-12 no instrumento convocatório compromete simultaneamente:

- (i) a adequada descrição do objeto, pois a especificação técnica mínima de segurança faz parte da definição do bem a ser adquirido;
- (ii) o julgamento objetivo, pois sem parâmetro técnico objetivo de segurança não é possível comparar propostas em condições equivalentes;
- (iii) a isonomia entre licitantes, pois fornecedores com produtos adequados concorrem em desvantagem frente a fornecedores com produtos sem os dispositivos de segurança;
- (iv) a seleção da proposta mais vantajosa, pois o menor preço obtido pela supressão de itens obrigatórios não representa vantagem real; e (v) o dever de planejamento da contratação, pois a Administração não se acautelou

adequadamente contra os riscos técnicos, jurídicos e de segurança inerentes ao objeto.

IX — DA CLÁUSULA SUGERIDA PARA RETIFICAÇÃO DO EDITAL

Nos termos do art. 164, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, propõe-se a seguinte redação para inclusão no Edital e no Termo de Referência, especificamente quanto às forrageiras de 3 CV, sem prejuízo de adaptação técnica pela Administração:

CLÁUSULA SUGERIDA — CONFORMIDADE COM A NR-12

"Os equipamentos classificados como forrageiras de 3 CV deverão atender integralmente às disposições aplicáveis da Norma Regulamentadora nº 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, especialmente quanto aos sistemas de segurança, proteções fixas e móveis, proteção de transmissão/correia, dispositivos de parada de emergência com bloqueio de religamento quando aplicáveis, identificação da máquina, sinalização de segurança, manual de instruções em língua portuguesa e demais requisitos compatíveis com a natureza do equipamento. A comprovação deverá ocorrer mediante apresentação de declaração de conformidade emitida pelo fabricante ou importador, catálogo ou ficha técnica do modelo ofertado, manual de instruções em língua portuguesa e indicação dos dispositivos de segurança existentes, sem prejuízo de diligência técnica pela Administração. A ausência de comprovação poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a recusa do recebimento do objeto, conforme o momento da constatação, sem prejuízo das sanções cabíveis."

A cláusula sugerida é proporcional, isonômica e verificável. Não direciona marca, modelo ou fabricante específico.

Não cria exigência de "certificado NR-12" genérico, inexistente no ordenamento jurídico, mas exige documentação técnica objetiva — declaração de conformidade, catálogo técnico, manual em português e identificação dos dispositivos de segurança — que qualquer fabricante ou importador que opere dentro da legalidade pode e deve fornecer. A documentação exigida é padrão de mercado para equipamentos adequados à norma regulamentadora.

X — DO PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

Nos termos do item 5.2.3 do Edital, a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional que deve ser motivada pela Secretaria Regional de Licitações, nos autos do processo. Invoca-se, no presente caso, a presença dos elementos que justificam tal medida excepcional.

A manutenção da sessão pública sem a prévia correção do vício identificado resultaria na abertura e no julgamento de propostas formuladas com base em especificação técnica incompleta, em detrimento dos licitantes que já incorporaram os custos de adequação à NR-12 em suas propostas.

Uma vez realizada a sessão e adjudicado o objeto, a correção do vício tornaria necessária a anulação do certame, com todos os custos administrativos, processuais e

concorrenciais daí decorrentes — o que é manifestamente mais gravoso do que o simples adiamento preventivo da sessão.

ANÁLISE DE RISCO: COM E SEM EFEITO SUSPENSIVO	
COM EFEITO SUSPENSIVO	SEM EFEITO SUSPENSIVO
✓ Adiamento da sessão com análise prévia do vício	X Sessão realizada com base em edital viciado
✓ Retificação do edital e reabertura do prazo (se necessário)	X Adjudicação com base em critério insuficiente de segurança
✓ Propostas formuladas em condições isonômicas	X Consolidação do vício — anulação posterior mais custosa
✓ Proteção dos usuários finais dos equipamentos	X Risco de aquisição de equipamentos sem conformidade com NR-12
✓ Preservação da regularidade do certame	X Responsabilização da Administração por omissão técnica

O adiamento da sessão pública, nesse contexto, não é medida prejudicial ao interesse público, mas sim medida protetiva do interesse público: ela assegura que a licitação se realize com base em instrumento convocatório juridicamente sadio, tecnicamente completo e capaz de garantir a isonomia entre os concorrentes e a vantajosidade da contratação.

O custo de um adiamento é infinitamente menor do que o custo de uma anulação posterior ou de uma contratação de equipamento inseguro.

XI — DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer a Metalúrgica Trapp Ltda:

1. Recebimento e conhecimento da presente impugnação, na forma do art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e do item 5.2.1 do Edital;
2. Reconhecimento da tempestividade deste instrumento, protocolado em 21/05/2026, data correspondente ao terceiro dia útil anterior à sessão pública marcada para 26/05/2026;
3. Concessão de efeito suspensivo excepcional à presente impugnação, nos termos do item 5.2.3 do Edital, com a consequente suspensão e adiamento da sessão pública marcada para 26/05/2026, até a resolução do mérito desta impugnação;
4. Retificação do Edital e do Termo de Referência, com inclusão de cláusula expressa determinando o atendimento das forrageiras de 3 CV às disposições aplicáveis da NR-12 — Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, especialmente quanto aos sistemas de segurança, proteções fixas e móveis, proteção de transmissão/correia, dispositivos de parada de emergência com bloqueio de religamento quando aplicáveis, identificação da máquina e sinalização de segurança;

5. Exigência, como condição de habilitação técnica ou qualificação da proposta, de declaração de conformidade com a NR-12 emitida pelo fabricante ou importador do equipamento, atestando que o modelo ofertado atende às disposições aplicáveis da referida norma regulamentadora;
6. Exigência de manual de instruções em língua portuguesa acompanhando a proposta ou a documentação de habilitação;
7. Exigência de catálogo técnico ou ficha técnica do modelo ofertado, contendo identificação do fabricante, especificações técnicas e descrição dos dispositivos de segurança presentes no equipamento;
8. Exigência de indicação, pelo licitante, dos dispositivos de segurança existentes no equipamento ofertado, com especificação das proteções fixas e móveis, proteção de correia/transmissão e botão de emergência com bloqueio de religamento, quando aplicável ao modelo;
9. Previsão expressa no Edital de que a ausência de comprovação documental dos requisitos de segurança poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a recusa do recebimento do objeto, conforme o momento da constatação, sem prejuízo das sanções cabíveis;
10. Republicação do Edital com reabertura do prazo para envio de propostas, na hipótese de as alterações afetarem materialmente a formulação das propostas pelos licitantes, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021;
11. Subsidiariamente, caso não acolhida a presente impugnação, que a Codevasf apresente, nos autos do processo, motivação técnica específica e fundamentada justificando a dispensa de exigência de conformidade com a NR-12 para as forrageiras de 3 CV objeto do certame, tornando pública a razão pela qual a Administração entende ser desnecessário exigir atendimento a norma regulamentadora de cumprimento obrigatório.

Termos em que pede deferimento.

Jaraguá do Sul/SC, 21 de maio de 2026.

METALÚRGICA TRAPP LTDA

CNPJ nº 83.238.832/0001-78

Av. Prefeito Waldemar Grubba, nº 4.545, Bairro Vieira, Jaraguá do Sul/SC

Representante: Sr. Vendelino Titz

Cargo: Sócio-Administrador | CPF nº 292.213.829-15